

Maioria impede que o ministro seja convocado

O PMDB, o PFL e o PTB impediram ontem, em plenário, a convocação, pela Assembléia Constituinte, do ministro Dílson Funaro, da Fazenda, para dar explicações sobre a negociação da dívida externa e as propostas para superar a crise econômica interna. Por 247 votos, contra 121 a favor e duas abstenções, foi rejeitado o recurso dos pequenos partidos para que a decisão de convocação ou não do ministro fosse decidida pelo plenário da Casa, uma vez que o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, havia indeferido o requerimento, mas aceitou que sua decisão fosse julgada pelos constituintes.

Às 16h30, depois de encerrado o «pinga-fogo», Ulysses Guimarães anunciou a sua decisão contrária ao requerimento das lideranças de oito pequenos partidos, alegando que as normas provisórias que regulam, nesta fase inicial, os trabalhos da Casa não contemplam a convocação de ministros de Estado.

Diante da negativa do presidente da Constituinte, o líder do PDC na Câmara, José Maria Eymael (SP), pediu que Ulysses colocasse em votação o requerimento de convocação do ministro Dílson Funaro. O presidente, então, colocou em votação não o requerimento, mas o recurso de Eymael para que o próprio plenário examinasse se queria ou não decidir sobre a convocação de Funaro.

Votação

Antes de iniciar a votação, os líderes do PMDB, do PFL e do PTB, deputados Luis Henrique, José Lourenço e Gastone Righi, orientaram, pelo microfone, suas bancadas para votarem contra o recurso do PDC.

Apesar da mobilização dos pequenos partidos, levando para plenário quase todos os seus constituintes, a maioria representada pelos partidos governistas na Constituinte (PMDB, PFL e PTB) garantiu o placar a seu favor.

Soberania foi posta à prova, diz Genoíno

Mesmo com a derrubada do requerimento de convocação do ministro Dílson Funaro, houve uma afirmação da soberania da Constituinte nesse episódio. Essa é a interpretação do deputado José Genoíno, do PT, que considerou vitorioso o movimento que as lideranças dos pequenos partidos desfecharam na última quarta-feira, para testar a soberania da Constituinte, através da convocação de Funaro.

Segundo Genoíno, a presença do ministro era importante, mas o fato de o requerimento ter sido posto em votação já foi suficiente para caracterizar que a Assembléia tem autonomia para decidir sobre o comparecimento de autoridades federais ao seu plenário e sobre outras questões. Quanto à rejeição do requerimento, Genoíno entende que isso serviu para evidenciar o «rolo compressor» do PMDB e que, durante a votação, «os peemedebistas foram liderados pelo líder do PFL», José Lourenço.

Para o vice-líder do PDT, Amaury Müller, a decisão de ontem «serviu para desmascarar de vez o PMDB, mostrando a falta de sinceridade daqueles que no início do mês votavam em peso a tese da Constituinte exclusiva apenas para resolver algumas questões internas do partido».

A deputada Beth Azize, do PSB, encontrou outra explicação para o recuo dos peemedebistas que defendiam a soberania da Assembléia. Ela lembrou a denúncia do **Jornal de Brasília**, segundo a qual o governo federal dispõe de 10 mil cargos para assegurar sua sustentação política no Congresso, observando a propósito: «Com tanto cargo à disposição, o PMDB ficou reduzido a isso aí, ao amém. Está pior do que a antiga Arena».

O deputado pedetista Lyzâneas Maciel afirmou que «o resultado mostra que essa é uma assembléia condicionada e supervisionada pelo Palácio do Planalto».